

**Renar Maçãs S.A.**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

**1. Contexto Operacional**

A Renar Maçãs S.A. ("Companhia") foi constituída em NOV/62 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28/DEZ/04.

Em 02/DEZ/09 a Renar Maçãs S.A e a Pomifrai Fruticultura S.A firmaram, juntamente com os acionistas da Pomifrai e outros, um Acordo de Incorporação ("Acordo de Incorporação"), visando viabilizar a associação estratégica entre as companhias, objetivando unificar suas operações mediante a incorporação das ações de emissão da Pomifrai pela Renar Maçãs, nos termos do art. 252 da Lei nº 6.404/76 ("Associação Estratégica").

A assinatura do acordo de incorporação foi autorizada pelo conselho de administração da Renar Maçãs, em reunião realizada em 02/DEZ/09.

Em 28/SET/10 a Companhia realizou AGE, que conforme deliberação (iv): Aprovou a incorporação de ações, convertendo-se a Pomifrai em subsidiária integral da Companhia, nos termos do artigo 252 da lei nº 6.404/76 e conforme estabelecido no protocolo e justificação, no qual foi fixada uma relação de substituição de 1,5 (uma e meia) ação ordinária de emissão da Companhia para cada 1 (uma) ação de emissão da Pomifrai a ser incorporada ("Relação de Substituição"), totalizando uma emissão, pela Companhia, de 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações").

**2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como consolidado – BR GAAP.

As praticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as diretrizes da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pelos pronunciamentos, orientações e

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

interpretações contábeis, aplicáveis à Companhia, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela CVM e Conselho Federal de Contabilidade.

As informações contábeis do exercício consolidadas e individuais estão sendo apresentadas de acordo com o IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, emitido pelo *International Accounting Standards Board*– IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil para apresentação das demonstrações contábeis (CPC 26).

As informações contidas neste relatório estão apresentadas de forma consolidada e foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Renar Maçãs S.A em 12/MAR/15.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 7 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, excepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

### **3. Principais Práticas Contábeis**

#### **3.1 Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

#### **3.2 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

### **3.2.1 Ativos financeiros**

São mensurados ao valor justo por meio do resultado, e incluem ativos financeiros disponíveis para negociação no curto prazo e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado na linha de receitas ou despesas financeiras quando incorridos.

Os principais ativos financeiros, reconhecidos pela Companhia, são caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras em fundos de renda fixa com rendimento diário, contas a receber de clientes, contas a receber por alienação de bens do ativo imobilizado. A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

### **3.2.2 Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como não mensurados ao valor justo e compostos por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa (Disponibilidades)**

Incluem: caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras, classificadas como equivalentes de caixa, são ativos financeiros disponíveis para negociação.

### **3.4 Clientes**

As contas a receber de clientes são apresentadas a valores de realização, com atualização cambial, quando denominadas em moeda estrangeira, e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

### **3.5 Estoques**

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização.

### **3.6 Imobilizado**

Na Controladora o ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, incluindo os bens adquiridos por arrendamento mercantil, deduzido da depreciação acumulada, atualizado monetariamente até 31/DEZ/95.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29/DEZ/06, novas taxas de depreciação foram aplicadas aos pomares, edificações urbanas e rurais, a partir de JAN/07, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

A reavaliação ocorrida em 2006 também contemplou ativos não depreciables, como terrenos. Na época não foram contabilizados os correspondentes tributos, em atendimento à prática contábil vigente naquele momento (Lei 6404/76). Contudo, em 2010, para atender a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, a administração efetuou registro contábil a débito de conta retificadora da reserva de reavaliação e a crédito de provisão para imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

Em virtude dos ativos da Companhia serem constituídos, principalmente, de imóveis e implementos rurais, foi contratada a empresa Rosfil Cadastramento e Gerenciamento Patrimonial Ltda., CNPJ 00.593.896/0001-60, qualificada para desenvolver os trabalhos visando atender os CPC's 01 e 27. Em relação ao Pronunciamento CPC 01 que se refere à redução ao valor recuperável de ativos, foram aplicados os procedimentos, e não foi constatado a necessidade de registro de ajustes, uma vez que o valor de uma possível venda do Ativo Imobilizado, ultrapassa o valor contabilizado (saldo residual) e o CPC 27 que prescreve, que o método de depreciação utilizado pela entidade deve refletir o modelo de previsão de consumo (vida útil) dos benefícios econômicos do ativo, foi atendido.

Em junho de 2014 a Companhia contratou os serviços da empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais Ltda., CNPJ 93.272.003/0001-65, com a finalidade de atender a Lei 11.638/07 – CPC 27 e CPC 04 na estimativa de vida útil e determinação da taxa de depreciação contábil, nos Ativos Imobilizados exceto biológicos. Foram aplicados os procedimentos e não foi constatado a necessidade de ajustes.

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Na controlada os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

Na controlada e na controladora a administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, especialmente o imobilizado, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essas perdas, quando necessárias, são classificadas como outras despesas operacionais. Em 31/DEZ/14 a Administração não identificou a necessidade do registro de provisão para desvalorização no imobilizado.

### **3.7 – Investimentos**

Os investimentos em empresa controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As práticas contábeis utilizadas pela controlada são uniformes em relação às utilizadas pela controladora.

### **3.8 Intangível**

Corresponde às marcas, registradas ao custo de aquisição e não ultrapassa o valor de realização. Estes ativos possuem vida útil indefinida e são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

### **3.9 Outros Ativos e Passivos**

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

### **3.10 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos**

Os ativos e passivos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos

monetários de curto prazo é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa a administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

### **3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro**

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL"), abrangendo imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporárias não dedutíveis ou exclusões de receitas temporárias não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

### **3.12 Informações da Consolidação**

Controlada é toda a entidade cuja política financeira e operacional pode ser conduzida pela Companhia e na qual normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis, são levados em consideração para constatar que a Companhia controla outra entidade. Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios.

As operações entre a Companhia e sua Controlada, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações e seus efeitos tributários, foram eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Renar Maçãs S/A e sua subsidiária integral Pomifrai Fruticultura S/A a qual também é controladora da Pomifrai Alimentos Ltda.

Em 17 de janeiro de 2014, a Pomifrai Fruticultura S/A incorporou 100% da Pomifrai Alimentos S/A, conforme Protocolo de intenções de incorporação firmado em 18 de novembro de 2013, Ata da AGE realizada em 18 de novembro de 2013 e 8ª alteração

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

contratual da Pomifrai Alimentos S/A, todos os atos registrados junto a JUCESC em 17 de janeiro de 2014. Com isso a empresa Pomifrai Alimentos S/A deixa de existir e todas as suas operações passaram a ser da Pomifrai Fruticultura S/A

### **3.13 Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração, para determinação do valor a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a provisão para contingências. A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas regularmente.

### **3.14 Lucro ou Prejuízo por ação**

O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido/prejuízo/ quantidade de ações em circulação" no encerramento de cada exercício.

### **3.15 Alteração procedimento de cálculo dos custos apurados**

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Sob este aspecto, anteriormente todo o montante apurado de custos era agregado ao estoque e baixado/calculado conforme sua venda mensal, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no PackingHouse (armazenagem, classificação e embalagem).

A Companhia na busca de melhoria e simplificação de seus procedimentos quanto a apuração do custo dos produtos vendidos (fruta), entende que a melhor forma de demonstrar a apuração do CPV mensal, calculado sobre os estoques formados (colhidos) de maçãs disponíveis para venda é, considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a Fruta Industrial (na sua maioria vendida diretamente do pomar para a indústria), passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

Nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação, do PackingHouse em seu custo.



Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no PackingHouse (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV.

### **3.16 Conversão de ações**

Na AGE 59ª de 01 de outubro de 2014, aprovado, por unanimidade dos acionistas presentes, a proposta apresentada pelo Conselho de Administração para grupamento de ações da Companhia, à razão de 20 para 1, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A., bem como que as frações de ações detidas por acionistas da Companhia, como resultado do grupamento, sejam complementadas por frações de ações a serem doadas direta ou indiretamente pelo acionista controlador da Companhia, a EFC Participações S.A., de forma que cada acionista da Companhia recebeu a fração necessária para garantir a propriedade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento.

A Companhia possuía 151.875.000 ações ordinárias emitidas e em circulação antes do grupamento. Após a conclusão do grupamento das ações ordinárias aprovada na AGE, ficou 7.593.750 ações ordinárias emitidas e em circulação.

### **3.17 Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- IAS 32 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva desde 01 de janeiro de 2014, a Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento



já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 39 - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 27 – “Demonstrações separadas”, em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016 nas IFRS e para as práticas contábeis adotadas no Brasil já é aceito a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme aprovação do Conselho Federal de Contabilidade e adoção antecipada das IFRS. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

### **3.18 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras” – em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou “Iniciativa de Divulgação” (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 14 – Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 11 – “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IAS 16 e IAS 38 – “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 15 – “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 – “Receitas” e a IAS 11 – “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IAS 16 e IAS 41 – em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 41 – Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “Bearer plants” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “Bearer plants” sejam

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 10 e IAS 28 – em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

### 3 Disponibilidades

#### 3.14 Caixas e Equivalentes de Caixa

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/14	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/13
Caixa	9	2	15	4
Bancos	76	89	106	107
Aplicações financeiras	-	1.058	5	1.569
<b>Total Geral</b>	<b>85</b>	<b>1.149</b>	<b>126</b>	<b>1.680</b>

A aplicação financeira realizada na controladora, no Bic Banco, em CDB, é remunerada a taxa do CDI (100%), e na controlado no Banco do Brasil S.A é remunerada a taxa do CDI (90%).

### 4 Clientes

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/14	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/13
Duplicatas a Receber	6.432	7.636	8.477	10.725
Duplicatas Descontadas - Bancos	(1.372)	(2.251)	(2.014)	(3.958)
Duplicatas Descontadas (Pomifrai)	-	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.831)	(2.831)	(4.193)	(4.231)
<b>Total</b>	<b>2.229</b>	<b>2.554</b>	<b>2.270</b>	<b>2.536</b>

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável.

A composição das Contas a Receber por idade de vencimento é:

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/14	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/13
Vencidas até 30 dias	636	193	691	215
Vencidas de 31 a 60 dias	9	40	9	40
Vencidas de 61 a 90 dias	48	-	48	2
Vencidas de 91 a 180 dias	4	10	5	10
Vencidas a mais de 181 dias	2.839	3.411	4.198	4.778
<b>Total vencidas</b>	<b>3.536</b>	<b>3.654</b>	<b>4.951</b>	<b>5.045</b>
A vencer	2.896	3.982	3.526	5.680
<b>Total Duplicatas</b>	<b>6.432</b>	<b>7.636</b>	<b>8.477</b>	<b>10.725</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa esta demonstrada a seguir:

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/14	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/13
Saldo inicial	(2.831)	(2.947)	(4.231)	(4.348)
Adições	-	-	-	-
Recuperações	-	116	38	117
<b>Total</b>	<b>(2.831)</b>	<b>(2.831)</b>	<b>(4.193)</b>	<b>(4.231)</b>

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face as eventuais perdas na realização dos créditos.

A Companhia não requer garantias sobre à venda a prazo.

## 5 Estoques

A composição dos estoques está demonstrada a seguir:

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/14	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/13
Maçãs Próprias	275	-	275	30
Produtos em Formação (Safrá de Maçãs)	10.965	9.140	10.965	9.140
Material Consumo e Reposição	2.304	2.403	2.872	2.976
Polpa Congelada	-	-	294	169
Outros	-	-	22	19
<b>Total</b>	<b>13.544</b>	<b>11.543</b>	<b>14.428</b>	<b>12.334</b>

## 6 Tributos a Recuperar

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/14	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/13
<b>Ativo Circulante</b>	<b>195</b>	<b>9</b>	<b>1.434</b>	<b>2.580</b>
IRRF sobre Aplicação Financeira	15	9	57	50
ICMS	-	-	-	48
PIS	-	-	63	347
COFINS	-	-	574	1.702
Contribuição Social s/Lucro	-	-	12	12
CSLL	133	-	171	-
IRPJ	47	-	136	-
Crédito Presumido IPI a Recuperar	-	-	421	421
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>6.249</b>	<b>7.586</b>	<b>6.263</b>	<b>11.208</b>
ICMS	775	778	789	878
PIS	924	1.200	924	1.779
COFINS	4.550	5.608	4.550	8.551
<b>Total</b>	<b>6.444</b>	<b>7.595</b>	<b>7.697</b>	<b>13.788</b>

IRRF – Correspondente ao IR retido na fonte sobre aplicações financeiras

ICMS – O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do Ativo Imobilizado.

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
<b>Saldo em 31/DEZ/13</b>	<b>1.164</b>	<b>5.445</b>	<b>2.068</b>	<b>9.717</b>
Pedidos em análise na SRF	75	346	130	845
Compensação	(377)	(1.525)	(1.351)	(6.110)
<b>Saldo em 31/DEZ/14</b>	<b>862</b>	<b>4.266</b>	<b>847</b>	<b>4.452</b>

Os montantes de PIS e de COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades da Companhia. Foi requerido, administrativamente, junto à Secretaria da Receita Federal, amparada no art. 16, inciso II da Lei nº 11.116/05.

Em 31 de dez de 2013 tínhamos passível de análise junto aos auditores fiscais o valor de R\$ 11.785, sendo R\$ 6.609 mil na Controladora e R\$ 5.176 mil na Controlada, em 2014 fizemos a solicitação de mais R\$ 975 mil, sendo R\$ 421 mil na Controladora e R\$ 554 mil na Controlada, e também compensamos o valor de R\$ 7.461 mil, na Controladora compensamos R\$ 1.902 e na Controlada R\$ 5.559 mil. Na Controlada temos o montante de R\$ 5.128 mil, e na Controlada temos R\$ 171, à serem compensados, esses créditos já estão sendo analisados pela Receita Federal.

## 7 Adiantamentos a Fornecedores

### 8.1 – Adiantamento de Fornecedores

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/14	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/13
Adiantamento Fornecedores	653	959	874	1.068
PCLD Adiantamento Fornecedores	(570)	(570)	(570)	(570)
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>389</b>	<b>304</b>	<b>498</b>

Os adiantamentos a fornecedores correspondem, em grande parte, aos valores adiantados a produtores rurais, com os quais a Companhia possui contratos para a preparação da safra. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

### 8.2 – Demais Adiantamentos

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/14	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/13
Funcionários	3	2	7	2
Férias	86	136	87	139
Viagens	14	6	14	6
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>144</b>	<b>108</b>	<b>147</b>



01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Os adiantamentos de funcionarios engloba todos os convenios que a Companhia possui junto a médicos, hospitais, farmacias, dentistas entre outros e também adiantamento em especie.

## 8 Valores a Receber de Bens Destinados a Venda

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores.

Estes valores já encontram-se vencidos, os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados a lavratura das escrituras, que ainda depende da finalização do georreferenciamento das áreas.

### 9.01 Controladora

Renar Maçãs S/A Terreno ou Imóvel	Valor Original da Venda em milhares de reais	Saldo 31/DEZ/14 milhares de reais	Vencimento Final	Forma de Recebimento
Área de 2.304.100,00 m²	2.600	270	31/12/2015	Equivalente a 115 mil sacas de milho de 60 kg.
Área de 4.141.398,84 m²	6.400	3.196	31/12/2015	entrega de embalagens(caixas de papelão) fornecidas de acordo com o "Contrato de Fornecimento" de 15.03.11.
Área de 3.269.509,67 m²	4.100	556	31/12/2015	2.500 mil reais na assinatura do contrato; 550 mil reais na assinatura contrato,arrendo 89,81 hectares de pomar; 1.050 mil reais mediante assunção de dívida junto ao BRDE.
Área de 4.183.669,38 m²	7.300	1.800	31/12/2014	2.900 mil pgto divida Banco Safra, Bradesco, Basf S, 1.100 mil pgto divida Banco Safra 1.100 mil pgto divida Banco Safra 1.100 mil pgto divida Banco Safra 1.100 mil pgto divida Banco Safra
Terreno Urbano com Área 1.254,72 m², mais Benfeitorias (Camaras Frias)	5.560	5.560	30/06/2014	5.560 mil reais mediante assunção de divida junto ao BRDE
Área de 547.232,00 m²	1.000	1.000	30/06/2014	1.000 milhão reais mediante assunção de divida junto ao BRDE
Área de 4.183.669,38 m²	8.500	7.000	31/12/2015	1.000 milhão reais na assinatura do contrato 500 mil reais em 20/dez/2014 1.000 milhão de reais em 20/jan/2015 500 mil reais em 20/fev/2015 2.000 milhões em 20/mai/2015 3.500 mil reais mediante assunção divida junto ao Banco Bradesco
<b>Total</b>	<b>35.460</b>	<b>19.382</b>		

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

## 9.02 Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A Terreno ou Imóvel	Valor Original da Venda em milhares de reais	Saldo 31/DEZ/14 milhares de reais	Vencimento Final	Forma de Recebimento
Área de 1.359.251,00 m²	1.900	1.036	31/12/2014	300 mil reais em moeda corrente através transferência bancária, 200 mil reais crédito COOCAM, 450 mil reais entrega floresta de pinus e 950 mil reais financiamento BRDE.
Área de 1.200.203,70 m² Área de 544.590,93 m²	2.420	1.220	31/12/2014	800 mil reais em moeda corrente através transferência bancária, 420 mil reais entrega floresta de pinus e 1.200 mil reais financiamento BRDE.
Área de 600.101,85 m²	1.020	1.020	31/12/2014	1.020 mil reais quando da outorga da escri- tura pública do imóvel livre e desembaraça- do de quaisquer ônus.
Área de 600.101,85 m²	1.020	510	31/12/2014	170 mil reais, na data da assinatura do contrato; 170 mil reais, 30 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 60 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 90 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 120 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 150 dias da assinatura do contrato.
Área de 380.000,00 m²	874	237	31/12/2014	104 mil reais em moeda corrente através transferência bancária, 437 mil reais mediante assunção de dívida junto ao BRDE.
Área de 1.234.200,00 m² Área de 1.234.200,00 m² Área de 1.234.200,00 m² Área de 3.785.538,00 m² Área de 347.764,49 m² Área de 253.716,23 m² Área de 1.125.721,00 m²	12.772	724	31/12/2014	2.322 mil reais em moeda corrente através transferência bancária, 1.197 mil reais concessão crédito -COOPERCON 2.339 mil reais condicionado a anuência do interveniente anuente 6.914 mil reais mediante financiamento BRDE
Área de 1.113.200,00 m²	1.409	508	31/12/2014	809 quitação crédito debitos pelos compradores d rentes serviços prestados área tributária. 600 mediante liberação hipoteca.
Área de 2.172.52,00 m² Área de 5.749.119,18 m² Área de 50.368,41 m² Área de 803.129,21 m² Área de 96.800,00 m² Área de 131.000,00 m² Área de 119.500,00 m² Área de 522.954,00 m²	20.700	1.900	20/9/2014	5.900 mil pgto divida Banco Safra, Bradesco 3.700 mil pgto divida Banco Safra 3.700 mil pgto divida Banco Safra 3.700 mil pgto divida Banco Safra 3.700 mil pgto divida Banco Safra
Área de 2.172.652,00 m² Área de 50.368,41 m² Área de 803.129,21 m² Área de 96.800,00 m² Área de 119.500,00 m² Área de 522.954,00 m²	6.000	3.000	31/12/2015	3.000 mil na assinatura da escritura definitiva
Área de 1.190.000,00 m²	2.400	1.200	31/12/2015	1.000 mil reais mediante transferencia bancaria em 16/jul/2014. 800 mil reais mediante transferencia bancaria em 30/mai/2015. 600 mil reais mediante transferencia bancaria em 30/mai/2016.

01965-8 RENAR MAÇÃS S/A 86.550.951/0001-50

Área de 967.770,00 m²	2.100	900	31/12/2015	800 mil reais mediante transferencia bancaria em 01/jul/2014. 200 mil reais mediante transferencia bancaria em 17/jul/2014. 800 mil reais mediante transferencia bancaria em 30/mai/2015. 300 mil reais mediante transferencia bancaria em 30/mai/2016.
<b>Total</b>	<b>52.615</b>	<b>12.255</b>		

Os valores das parcelas atreladas ao preço da saca do milho de 60 kg, são atualizados com base na cotação em 31/DEZ/13.

### 9.03 Consolidado

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/14	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/13
Circulante	16.494	5.326	28.242	22.161
Não Circulante	2.888	5.011	3.395	5.611
<b>Total</b>	<b>19.382</b>	<b>10.337</b>	<b>31.637</b>	<b>27.772</b>

## 10 Depósitos Judiciais

Depositos	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/14	31/DEZ/2013	31/DEZ/14	31/DEZ/2013
Tributos	2	2	2	2
Trabalhista	5	22	5	22
Badesc	119	133	119	133
CVM	133	132	133	132
Celesc/Demanda			63	63
CSRural			929	929
<b>Total</b>	<b>259</b>	<b>289</b>	<b>1.251</b>	<b>1.281</b>

**Tributos:** Depósito judicial Processo 2003.72.03000557-3/SCPs/Cofins.

**Badesc:** contrato Cédula Rural Hipotecaria nº 910380-00-7, valor original depositado no montante de R\$ 119 mil, a título de caução, este valor é o projetado dos juros devidos até o final do contrato, visto que o principal está garantido pelo PESA (título do governo) ao final do contrato.

O valor caucionado será remunerado pelos mesmos índices aplicáveis a cédula de crédito aditada, logo, presumindo-se suficiente para a liquidação de todas as parcelas vincendas.

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

As parcelas vincendas serão quitadas, na data do respectivo vencimento, com recursos provenientes do valor caucionado.

**CVM:** bloqueios judiciais de multas da CVM.

**Celesc/Demanda:** assegurar o direito da empresa controlada de não recolher o ICMS sobre a demanda de potência de energia elétrica contratada e de ultrapassagem.

Ação foi julgada parcialmente procedente. Atualmente estão sendo tomadas as providencias necessárias para converter em renda o valor dos depósitos judiciais pertencentes ao estado e levantar o valor remanescente.

**CSRURAL:** reconhecimento de inexigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do Art. 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001 (ExFunrural). Reconhecimento do direito de inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagos aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras.

Sentença Improcedente. Parcialmente revertida em grau de apelação. Em fase de recurso especial e extraordinário. Ganho possível.

## 11 Imobilizado

### 11.1 Imobilizado Controladora

Descrição	Consolidado					
	31/DEZ/14					
	Saldo	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Residual
	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/14	31/DEZ/14	31/DEZ/14	31/DEZ/14
<b>Imobilizado Próprio em Operação</b>	<b>15.489</b>	<b>94</b>	-	<b>(2.397)</b>	<b>(1.708)</b>	<b>11.478</b>
Edificações	6.511	-	-	(1.174)	(221)	5.116
Benfeitorias	600	-	-	(86)	(81)	433
Culturas Permanentes	4.485	-	-	0	(537)	3.948
Máquinas e Equipamentos	1.751	2	-	(16)	(204)	1.533
Câmaras Frigoríficas	1.963	5	-	(1.121)	(636)	211
Veículos e Tratores	140	33	-	0	(16)	157
Móveis e Utensílios	39	54	-	0	(13)	80
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>29</b>	-	-	<b>0</b>	<b>(1)</b>	<b>28</b>
Vestibário/Banheiros Vacaria	29	-	-	0	(1)	28
<b>Reavaliações</b>	<b>14.407</b>	<b>8.500</b>	-	<b>(11.051)</b>	<b>(312)</b>	<b>11.544</b>
Terrenos	5.600	8.500	-	(10.549)	0	3.551
Edificações e Benfeitorias	8.548	-	-	(502)	(282)	7.764
Culturas Permanentes	259	-	-	0	(30)	229
<b>Imobilizado</b>	<b>29.925</b>	<b>8.594</b>	-	<b>(13.448)</b>	<b>(2.021)</b>	<b>23.050</b>
Intangível	96	21	-	0	(40)	77
<b>Total</b>	<b>30.021</b>	<b>8.615</b>	-	<b>(13.448)</b>	<b>(2.061)</b>	<b>23.127</b>

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

## 11.2 Imobilizado Consolidado

Descrição	Consolidado					
	31/DEZ/14					
	Saldo	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Residual
	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/14	31/DEZ/14	31/DEZ/14	31/DEZ/14
<b>Imobilizado Próprio em Operação</b>	<b>33.453</b>	<b>5.361</b>	-	<b>(8.003)</b>	<b>(3.679)</b>	<b>27.132</b>
Terrenos	327	4.988	-	(5.251)	-	64
Edificações	14.722	-	-	(1.255)	(660)	12.807
Benfeitorias	626	-	-	(86)	(86)	454
Culturas Permanentes	9.521	-	-	-	(1.321)	8.200
Máquinas e Equipamentos	6.004	281	-	(250)	(875)	5.160
Câmaras Frigoríficas	1.669	5	-	(1.121)	(636)	(83)
Veículos e Tratores	452	33	-	(44)	(69)	372
Móveis e Utensílios	132	54	-	4	(32)	158
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>29</b>	-	-	-	<b>(1)</b>	<b>28</b>
Vestiário/Banheiros Vacaria	29	-	-	-	(1)	28
<b>Imobilizações em Andamento</b>	<b>210</b>	<b>22</b>	-	<b>(25)</b>	-	<b>207</b>
Benfeitorias	96	22	-	(25)	-	93
Florestas em Formação	114	-	-	-	-	114
<b>Reavaliações</b>	<b>14.407</b>	<b>8.500</b>	-	<b>(11.051)</b>	<b>(312)</b>	<b>11.544</b>
Terrenos	5.600	8.500	-	(10.549)	-	3.551
Edificações e Benfeitorias	8.548	-	-	(502)	(282)	7.764
Culturas Permanentes	259	-	-	-	(30)	229
<b>Ajuste Patrimonial</b>	<b>24.146</b>	<b>(1)</b>	-	<b>(648)</b>	<b>(1.827)</b>	<b>21.670</b>
Terrenos	1.153	-	-	(585)	-	568
Edificações	2.211	-	-	(63)	(118)	2.030
Benfeitorias	2	(1)	-	-	-	1
Máquinas e Equipamentos	7.110	-	-	-	(824)	6.286
Câmaras Frigoríficas	12.546	-	-	-	(708)	11.838
Veículos e Tratores	1.089	-	-	-	(169)	920
Móveis e Utensílios	35	-	-	-	(8)	27
<b>Imobilizado</b>	<b>72.245</b>	<b>13.882</b>	-	<b>(19.727)</b>	<b>(5.819)</b>	<b>60.581</b>
Intangível	288	73	-	(31)	(49)	281
<b>Total</b>	<b>72.533</b>	<b>13.955</b>	-	<b>(19.758)</b>	<b>(5.868)</b>	<b>60.862</b>

Registrados ao custo de aquisição ou formatação mais ajustes patrimoniais realizados conforme legislação pertinente.

## 12 Fornecedores

Todos os Fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como o fornecimento de embalagens e demais materiais, necessárias para as operações da Companhia, foram garantidos por pagamentos ou renegociações para

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

liquidação futura. O somatório desta ação possibilitou uma retomada do crédito, melhorando inclusive nossa capacidade de negociação comercial, junto a fornecedores e instituições financeiras.

Os prazos médios obtidos junto a nossos principais fornecedores são: embalagens 45 dias, manutenção e outros 30 dias e os contratos de prestação de serviços a grande maioria em torno de 30 dias.

### 13 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos foram atualizados com base nas taxas dos respectivos contratos, e possuem as seguintes principais características e valores:

Renar Maçãs S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Em milhares de reais	
				31/DEZ/14	31/DEZ/13
Bancos Comerciais/ACC - Santander	NP / Aval	8,63%	JUN/13	-	506
Bancos Comerciais/GIRO - NBC Banck	NP / Aval	14,74%	JUN/14	336	383
Bancos Comerciais/GIRO - CC	NP / Aval	21,98%	MAI/13	-	52
Bancos Comerciais/GIRO - Safra S/A	NP / Aval	9,86%	AGO/13	-	10.626
BRDE/Renegociação	Imoveis	8,53%	NOV/21	16.904	16.757
BADESC/BNDES-PESA	Imoveis	1,12%	AGO/18	25	49
BANCO BRADESCO-PESA	Imoveis	1,20%	JUN/20	121	151
BANCO BRASIL -PESA	Imoveis	1,16%	JUN/19	97	420
BESC-PESA	Imoveis	2,84%	OUT/25	455	447
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>17.938</b>	<b>29.391</b>
<b>Parcela no Circulante</b>				<b>5.760</b>	<b>15.245</b>
<b>Parcela no Não Circulante</b>				<b>12.178</b>	<b>14.146</b>

Em 31/DEZ/13, o montante não circulante na Controladora tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Em milhares de reais
Após 2017	12.178



01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Pomifrai Fruticultura S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Em milhares de reais	
				31/DEZ/14	31/DEZ/13
Bancos Comerciais/GIRO - Lemon (Leme)	NP - Aval	21,68%	MAI/13	0	483
PESA - BESC S/A	Imoveis	3,26%	OUT/22	72	70
PESA - BADESC S/A	Imoveis	2,08%	AGO/18	11	11
PESA - BRADESCO S/A	Imoveis	4,58%	AGO/18	187	180
BRDE-SC-REPARCELAMENTO	Imoveis	8,61%	NOV/21	28.044	28.867
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>28.314</b>	<b>29.611</b>
<b>Parcela no Circulante</b>				<b>5.688</b>	<b>4.653</b>
<b>Parcela no Não Circulante</b>				<b>22.626</b>	<b>24.958</b>

Em 31/DEZ/13, o montante não circulante na Controlada tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Em milhares de reais
<b>Após 2017</b>	22.626

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

Total de Empréstimos e Financiamentos Consolidados	Em milhares de reais	
	31/DEZ/14	31/DEZ/13
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	46.252	59.002
<b>Parcela no Circulante</b>	11.448	19.898
<b>Parcela no Exigível a Longo Prazo</b>	34.804	39.104

### 13.01 Capital de giro

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia no curto prazo.

### 13.02 Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)

São contratos de linhas de crédito para exportações futuras, com vencimento no curto prazo.

### 13.03 Investimento e Expansão

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Financiamentos de longo prazo junto a bancos de fomento ou outras instituições financeiras, para investimento na safra de produção. Todos com vencimentos acima de um ano.

### **13.04 Empréstimos Securitizados**

Com o objetivo de renegociar dívidas originárias de crédito rural e equalizar os respectivos encargos financeiros à realidade econômico-financeira, foi aprovada em NOV/95 a Lei nº 9.138, posteriormente regulamentada pela Resolução nº 2.471 do Banco Central de 26 /FEV/98, as quais juntas estabeleceram as diretrizes do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA.

No programa foi condicionada à aquisição, pelos devedores, por intermédio da instituição financeira credora, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, os quais foram entregues ao credor em garantia do principal.

Com base na Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, a Companhia securitizou dívidas junto às instituições financeiras por meio da aquisição de Certificados do Tesouro Nacional - CTN cedidos em caráter irrevogável e irretratável para as Instituições Financeiras credoras como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida.

Os referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O saldo devedor referente ao valor principal da dívida é corrigido de acordo com o IGP-M até o vencimento final da renegociação, também em 20 anos, quando será integralmente quitado mediante o resgate dos CTNs oferecidos em garantia.

Tendo em vista que os CTNs terão o mesmo valor de face do saldo devedor na data de vencimento, a Companhia entende que não haverá a necessidade de qualquer desembolso adicional de caixa para a liquidação da dívida relativa ao PESA e seu registro foi efetuado como redução do principal da dívida, ambos ajustados a valor presente.

O desembolso da controladora durante os 20 anos de vigência da securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3% e 5% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo. Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras de acordo com o valor destes desembolsos futuros ajustados a valor presente.

Juros incorridos e contabilizados no resultado de 2013, sobre financiamentos PESA acima mencionados montaram em R\$ 910 mil na controladora e de R\$1.616 mil no consolidado. Existe comprometimento contratual de juros a serem incorridos de valores semelhantes anualmente até em torno de 2020, atualizados pelo IGP-M. Os financiamentos PESA estão sujeitos a cumprimento de certas obrigações ("covenants") para manter as condições de juros futuros acima divulgados. A Companhia está em dia com o cumprimento das cláusulas desses financiamentos.

Juros incorridos e contabilizados até 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 1.522 mil na controlada e R\$ 2.287 no consolidado, destes valores obtivemos descontos de adimplência no valor de R\$ 1.406 dos juros, valor estornado do resultado, resultando somente uma despesa de juros no valor de R\$ 881 mil no consolidado.

Sendo de conhecimento público que a essência do PESA é a eliminação da dívida então existente, face a compra de CTNs pelos devedores, fazendo com que o valor futuro dos títulos liquide integralmente a dívida (face à diferença de taxas entre a atualização da dívida e a atualização do título).

### **13.05 Renegociação de Passivos**

A Companhia vem desenvolvendo diversas tratativas com as instituições financeiras com o objetivo de alongar o perfil da dívida e garantir adequada capacidade de pagamento.

Estas tratativas vem sendo desenvolvidas ao longo dos últimos meses, com êxito, já demonstrado no quadro acima. O que proporcionou a Companhia uma alteração significativa no perfil da dívida.

Com o resultado destas negociações, já realizadas, a Companhia conclui sua reestruturação financeira e está apta a priorizar esforços para acelerar o crescimento e retomar a rentabilidade historicamente apresentada.

### **13.06 Assunção Parcial da Dívida**

Em 11/jun/2014, a Companhia concretizou a negociação de Cédula de Crédito Bancário referente à assunção parcial de dividas de responsabilidade da Renar Maçãs S/A e de sua Controlada Pomifrai Fruticultura S/A, referente aos contratos 23.522 e 23.523 respectivamente, refletindo em R\$ 4,4 milhões, que representa uma redução de R\$ 8,9% do total do endividamento junto ao nosso principal credor (BRDE) e 8,5% do endividamento total da Companhia, tendo efeito imediato no resultado, pela redução das atualizações mensais sobre os contratos de financiamentos.

Em 30/11/2014, a Companhia concretizou a negociação de Cédula de Crédito Bancário referente à assunção parcial de dividas de responsabilidade da controlada Pomifrai Fruticultura S/A, referente ao contrato 24.125 junto ao BRDE, refletindo em R\$ 1,2 milhões, que representa uma redução de 4,27 % do total do endividamento junto ao BRDE e redução de 2,7% do total do endividamento da Companhia. Com isso a dívida foi reduzida em R\$ 5,6 milhões, que representa uma redução de 11,2% do total da dívida de curto prazo da companhia no ano de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 constava junto ao BRDE o valor de R\$ 2.836 mil vencido da Controladora, mais R\$ 3.269 mil da Controlada.

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

## 14 Partes Relacionadas

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com Partes Relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

				Controladora			
				Passivo		Compra	
Descrição		Encargos	Vencimento	31/DEZ/14	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/13
Pomifrai Fruticultura S/A	a	-	-	320	-	320	299
Renar Maçãs S/A	b	-	-	29.875	17.501	-	-
<b>Total</b>				<b>30.195</b>	<b>17.501</b>	<b>320</b>	<b>299</b>

### a) Compra

A Pomifrai Fruticultura S/A comprou de sua Controladora Renar Maçãs S/A, maçãs destinadas à industrialização (polpa e maçã desidratada). Valor este segregado das receitas consolidadas para efeito de apuração do resultado operacional da Companhia.

### b) Mútuo

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S/A, como a finalidade de viabilizar suas operações, não há a cobrança de encargos sobre o saldo e não foi firmado prazo para encerramento.

## 15 Provisões para Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas e civis.

### 15.1 Provisões Trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos.

Em 31/dez/14, a controladora é parte em 16 ações trabalhistas (02 ação provável, 10 possíveis e 4 remotas), acrescida de 02 ações trabalhistas na controlada (2 possíveis), cujas obrigações estimadas apresentaram a seguinte movimentação:

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

<b>Contingências Trabalhistas</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31/DEZ/13	(273)	(316)
Constituição	(127)	(128)
Reversões	233	233
Saldo em 31/DEZ/14	(167)	(211)

As Ações trabalhistas demandam pedidos de horas extras, horas em itinere, adicionais de insalubridade, periculosidade.

Conforme a opinião dos consultores jurídicos constam reclamações trabalhistas, da controladora e da controlada nos montantes de R\$ 297 mil e R\$ 87 mil, respectivamente, cujas perdas são consideradas como possíveis, dos quais provisionamos 50% dos valores de causa (R\$ 149 mil da Controladora e R\$ 44 mil da Controlada

## 15.2 Contingências Cíveis

<b>Contingências Cíveis</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31/DEZ/13	(179)	(204)
Constituição	-	-
Reversões	29	29
Saldo em 31/DEZ/14	(150)	(175)

Em 31/dez/14, a controladora é parte em 30 ações cíveis, sendo que em 16 ações figura como autora (10 remotas 5 possíveis 1 provável), e 14 ações como réu (05 remotas, 07 possíveis e 2 prováveis), acrescida de 09 ações cíveis na controlada, sendo 06 ações que figura como autora (3 remotas e 3 prováveis) e 03 ações como réu (2 remota e 1 possível).

Conforme a opinião dos consultores jurídicos, constam, ações judiciais da controladora como autora o montante de R\$ 615 mil cujo ganho é considerado possível, e como réu o montante de R\$ 280 mil, cuja perda é considerada como possível, e da controlada o montante de R\$ 50 mil, como réu, cuja perda é considerada como possível.

## 15.3 Provisão da Garantia de Preço Mínimo sobre Ações

Garanta de Preço Mínimo. A relação de troca das ações de emissão de Pomifrai por novas ações estabelecidas na Clausula I do Acordo de Incorporação foi estabelecido considerando-se em preço mínimo estimado da totalidade das ações de emissão da Pomifrai no valor total de R\$ 30.000.000,00, ou R\$ 1,00 por ação de emissão da Pomifrai.

Desta forma, caso ao final do prazo de 3 anos, contados da data de aprovação de incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia – em relação às Novas Ações, com exceção das Ações Vinculadas -, qualquer dos Controladores Pomifrai tenha, de boa-fé, alienado Novas Ações (menos as Ações Vinculadas) por este

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

recebido quando de Implantação da Incorporação, e/ou 5 anos contados da data de Aprovação da Incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia – em relação às Ações Vinculadas -, e o preço bruto médio de venda por Nova Ação alienada por tal controlador Pomifrai, em qualquer dos períodos, tenha sido inferior a R\$ 1,00, a Companhia pagará a tal controlador Pomifrai o valor equivalente, à diferença entre o preço bruto médio por Nova Ação alienada para este período em questão, e R\$ 1,00. Multiplicado pelo numero de Novas Ações alienadas por tal Controlador Pomifrai no período em questão.

Os pagamentos do Preço Garantido eventualmente devido a qualquer dos Controladores Pomifrai, nos termos da cláusula XI do Acordo de Incorporação, deverão ser efetuados pela Companhia em relação às Novas Ações (com exceção das Ações Vinculadas), após o 3º aniversário da data de aprovação de Incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, em relação às Ações Vinculadas após o 5º aniversário da data de aprovação de Incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Com base no termo de incorporação, a cláusula décima primeira, estabelece uma garantia de preço mínimo aos acionistas de R\$ 1,00 (um real) por ação, para 18.000.000 (dezoito milhões) de ações por um prazo de 3 (três) anos contados da data de aprovação da Incorporação pela AGE. Com base no preço bruto médio por nova ação alienada no período em questão, a eventual diferença será paga ao final de 03 (três) anos, no prazo de 60 (sessenta) dias após o comunicado de intenção da venda dos antigos controladores da Pomifrai Fruticultura S/A, observado o cronograma previsto na cláusula décima: no máximo 6.000.000 (seis milhões) de ações por ano, sendo no máximo 800.000 (oitocentas mil) ações por mês e no máximo 50.000 (cinquenta mil) ações por dia, ou seja, as vendas não são cumulativas.

O encerramento do prazo de comercialização destas ações, conforme previa o acordo de incorporação, ocorreu em 2013. A Companhia constatou que houve quebra da regra prevista quanto ao limite de vendas, anual, mensal e diário por parte de um dos controladores Pomifrai, de acordo com a Cláusula Décima Primeira, item 11.1.3 "A Companhia estará automaticamente desobrigada a pagar o Preço Garantido devido a um Controlador Pomifrai caso: (i) tal Controlador Pomifrai descumpra, a qualquer tempo, o cronograma de negociações estabelecido na Cláusula Décima".

Em junho de 2014, foi realizado o pagamento parcial para os acionistas controladores da Pomifrai que respeitaram o acordo de incorporação, foi quitado com a entrega de dois terrenos de propriedade da Companhia, em agosto de 2014 foi realizado o pagamento parcial para os acionistas da Pomifrai no valor de R\$ 269 mil, mediante a entrega de um terreno de propriedade da Companhia, o restante da dívida, R\$ 383 mil, será quitada em 13 parcelas mensais a partir de junho de 2016.

Como prevê o acordo de incorporação aprovado pela AGE, estamos provisionando valores da diferença entre o preço mínimo garantido e o valor bruto médio de alienação das Ações Vinculadas que estão sendo negociadas pelos Controladores Pomifrai.



01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

## 16 Tributos Diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	I. RENDA	CSLL	I. RENDA	CSLL
Saldo em 31/DEZ/2013	3.059	1.110	7.791	2.814
Realização	(423)	(152)	(884)	(318)
Saldo em 30/DEZ/2014	2.636	958	6.907	2.496

Na controladora os encargos tributários, mantidos sobre a reserva de reavaliação em 30/dez/2014 somam R\$ 3.594 mil, demonstrado no quadro acima.

Na Controlada, foram procedidos os registros contábeis exigidos, e o valor dos tributos diferidos estão registrados nos montantes de R\$ 4.271mil (R\$ 4.732 mil em 31/DEZ/13), a título de imposto de renda e R\$ 1.538 mil (R\$ 1.704 mil em 31/DEZ/13), de Contribuição Social, os quais reduziram à respectiva conta do Patrimônio Líquido em contrapartida a conta do Passivo Não Circulante.

Ainda, na empresa controlada permanece registrado um saldo de tributos diferidos de anos anteriores que totaliza R\$ 695 mil em 31/dez/14.

O saldo registrado na conta de tributos diferidos será realizado com base na alienação ou depreciação dos bens mantidos no ativo imobilizado

## 17 Parcelamentos de Tributos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/DEZ/14	31/Dez/2013	31/DEZ/14	31/Dez/2013
INSS	5.558	3.091	5.708	3.498
ICMS	457	5	457	5
IRRF	-	-	40	63
IRPJ/CSLL	-	-	849	-
ITR	-	-	-	5
Total	6.015	3.096	7.054	3.571

A Companhia formalizou junto a Receita Federal o parcelamento de tributos, totalizando R\$ 6.015, sendo R\$ 1.962 no curto prazo e R\$ 4.053 no longo prazo, no consolidado temos o valor total de R\$ 7.054 mil de tributos parcelados, sendo R\$ 2.203 no curto prazo e R\$ 4.851 no longo prazo.

## 18 Outros Débitos e Obrigações

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Outros Debitos e Obrigações	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/2014		31/DEZ/2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Arrendamento Terrenos	368	1.550	1.483	5.338
Distrato Terreno	8.000		11.000	-
Outros	828		828	33
<b>Total</b>	<b>9.196</b>	<b>1.550</b>	<b>13.311</b>	<b>5.371</b>

Em 31/dez/2014 os valores que estão na conta de outros débitos e obrigações referem-se a:

Arrendamento de terrenos junto a terceiros a onde estão plantados pomares de maçã, estes arrendamentos foram contratados por 10 anos coincidindo com a vida útil destes pomares;

Em 01/dez/2014 foi assinado Distrato Contratual, do terreno constante da matrícula 7379, referente ao Contrato de Compra e Venda assinado entre as partes em 23/set/2013. Na Controlada foi assinado Distrato Contratual em 26/fev/2014, dos terrenos constante nas matrículas, 071, 0705, 0706, 0709, 0712 e 0714, referente ao Contrato de Compra e Venda assinado entre as partes em 23/set/2013.

Em outros estão provisionados valores de despesas com assessoria em vendas do imobilizado, contribuições sindicais e seguros de vida em grupo.

## 19 Patrimônio Líquido

### 19.01 Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 126.986 mil, representado por 150.000.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Na AGO realizada em 23/jan/2014, Ata nº 58, foi aprovada por unanimidade dos votos válidos, a instituição do Plano de Opção de Compra de Ações, que tem por objetivo a outorga a cada um dos Diretores da Companhia do direito de adquirir ações ordinárias da Companhia.

Por deliberação do Conselho de Administração realizada em 12/mar/2014, nos limites do capital autorizado e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de ações da Companhia, aprovaram o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 188 mil, com emissão de 1.875.000 (um milhão oitocentos e setenta e cinco mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com valor de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos) cada uma.

Com a subscrição das novas ações pelos Diretores o Capital Social da Companhia passa a ser de R\$ 127.173 mil, dividido em 151.875.000 (cento e cinquenta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, já totalmente integralizado.

Em 01 de outubro de 2014 as ações da Companhia foram convertidas na ordem de 20 por uma, ficando o Capital Social representado por R\$ 127.173 mil, dividido em

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

7.593.750 (sete milhões quinhentos e noventa e três mil e setecentos e cinquenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, já totalmente integralizado.

## 19.2 Reserva de Reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por peritos independentes por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29/DEZ/06.

O resultado desta reavaliação em 29/DEZ/06 está a seguir demonstrado (valores em milhares de reais):

Descrição	Valor Reavaliado	Valor líquido contábil	Aumento
Terrenos Urbanos	4.147	1.046	3.101
Áreas Rurais	24.312	8.223	16.089
Benfeitorias Urbanas	15.169	5.541	9.628
Benfeitorias Rurais	3.948	960	2.988
Pomares de Maçãs	9.490	9.863	(373)
Reflorestamentos de Pinus	274	214	60
<b>Total</b>	<b>57.340</b>	<b>25.847</b>	<b>31.493</b>

O aumento do valor dos bens decorrente das reavaliações foi acrescido aos saldos do imobilizado e da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo não circulante com contra partida na rubrica reserva de reavaliação pelo valor de R\$ 4.159 mil em DEZ/06. O valor reavaliado das benfeitorias urbanas e rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus passou a ser depreciado, amortizado e exaurido com base na sua vida útil econômica remanescente estimada, conforme as taxas de depreciação, amortização e exaustão indicadas na nota 10.

## 19.3 Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil, a reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação, e não excederá a 20% do capital social.

## 19.4 Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

Não haverá provisão/distribuição de dividendos, houve prejuízo no período.

## 20 Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Em 2014 foi constituída provisão para o imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social, por ter apurado lucro fiscal, assim constituído: na Controladora o montante de R\$ 216 mil a título de Imposto de Renda e R\$ 86 mil a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e na Controlada não houve provisão, teve prejuízo fiscal.

Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

## 21 Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/14	31/DEZ/13	31/DEZ/14	31/DEZ/13
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(6.597)</b>	<b>(11.409)</b>	<b>(11.513)</b>	<b>(15.471)</b>
Juros e Despesas sobre Endividamento	(3.267)	(6.572)	(7.245)	(10.196)
Variações Monetárias Passivas	(83)	(189)	(88)	(189)
Variações Cambiais Passivas	(23)	(210)	(23)	(210)
Descontos e Bonificações Concedidos	(2.333)	(1.050)	(2.550)	(1.107)
Outros	(891)	(3.388)	(1.607)	(3.769)
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>237</b>	<b>693</b>	<b>302</b>	<b>803</b>
Variações Monetárias Ativas	105	292	105	292
Variações Cambiais Ativas	64	322	64	322
Rendimentos de Aplicações Financeiras	15	9	16	14
Outras	53	70	117	175
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(6.360)</b>	<b>(10.716)</b>	<b>(11.211)</b>	<b>(14.668)</b>

## 22 Outras Despesas e Receitas

## **22.01 Outras Despesas Operacionais**

O valor de R\$ 15.965 mil na controladora refere-se ao custo residual de aquisição de ativos imobilizados, quando da venda destes imóveis (Imóveis Rurais não utilizados nas atividades operacionais), mais R\$ 3.130 despesas sobre preço mínimo s/ ações Controladores, R\$ 3.289 perdas de capital em investimentos. E consolidado o montante de R\$ 21.889 mil tendo a mesma origem das despesas (Imóveis Rurais não utilizados nas atividades operacionais), mais R\$ 3.130 despesas sobre preço mínimo s/ ações Controladores mais R\$ 247 mil de outras despesas.

## **22.02 Outras Receitas Operacionais**

Tem sua origem na obtenção de recursos, com a venda de ativos imobilizados (Imóveis Rurais não utilizados nas atividades operacionais), na controladora R\$ 20.636 mil e consolidado R\$ 27.539 mil. Mais receitas não operacionais de R\$ 30 mil referente a outras receitas na controlada e de R\$ 30 mil no consolidado.

## **23 Instrumentos Financeiros**

### **Considerações Gerais sobre Gerenciamento de Risco**

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

#### **23.1 Risco cambial**

A Companhia tinha um histórico de exportação em torno de 8% de sua produção anual, porém em 2012 não houve exportações, em 2013 exportou somente 3,33%, em 2014 não houve exportação. O destino das exportações são principalmente a Europa e Ásia. Desse modo, a Companhia está sujeita ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados a moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

Outra forma utilizada pela Companhia para minimizar esses riscos é a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDFs). Em 31/DEZ/14 a Companhia não possuía contratos dessa natureza em aberto.

## 23.2 Risco de crédito

As vendas a prazo para clientes na Europa e Ásia estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

Os adiantamentos a fornecedores destinados a preparação da safra são garantidos por cédulas de produto rural (CPR), que garantem recebimento das frutas, objeto do adiantamento efetuado.

## 23.3 Risco de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados na nota 13. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

## 23.4 Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui na data do balanço, derivativos contratados e operações de hedge.

## 24 Cobertura de Seguros

Em 31/DEZ/14, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

Ramo	Itens segurados	Cobertura por evento	Controladora	Consolidado	Vigência final
Riscos Operacionais	Patrimônio	Danos Materiais	36.000	83.300	09/MAI/15
Responsabilidade Civil	Veículos	Danos Corporais	-	16.000	21/MAR/15
Diretores/Funcionários	Diretores	Acidentes com DMHO	21.000	21.000	4/6/2015
Maquinas Equipamentos	Patrimônio	Danos Materiais	920	920	11/6/2015
Responsabilidade Civil	Tratores	Danos Materiais	350	350	

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, máquinas e veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.



## 25 Acordo de Incorporação

Conforme acordo de incorporação firmado entre as empresas Renar Maçãs S/A e Pomifrai Fruticultura S/A em 02/DEZ/09 e divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358/02 que trata da unificação das operações das empresas, as mesmas realizaram transações entre si com o objetivo de usufruir de ganhos financeiros e otimizar os ativos, valendo-se das melhores condições financeiras obtidas por cada uma delas junto às instituições financeiras e fornecedores. A incorporação foi concluída em 28/SET/10 e aprovado em AGE.

## 26 Dados para a Incorporação

Os dados seguintes detalham a composição da contraprestação paga e do ágio em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S/A, bem como a avaliação respaldada em laudo da empresa Apsis Consultoria e Avaliações (CNPJ 08.681.365/0001-30), o qual foi aprovado em AGE em 28/SET/10.

Em 30/SET/10 foram contabilizados na Controladora os seguintes valores (Em milhares de Reais)	
D – Investimento Pomifrai Fruticultura S/A	22.192
D – Investimento por mais valia Ativos e Passivos Líquidos	26.394
C – Patrimônio Líquido (Investimento em controlada)	48.586

Com base na análise dos peritos da empresa Apsis Consultoria e Avaliações, concluíram que o valor do patrimônio líquido da Pomifrai Fruticultura S/A a preços de mercado, calculado pela abordagem dos ativos na data de 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 48.586 mil (quarenta e oito milhões e quinhentos e oitenta e seis mil reais).

O valor justo das 30.000.000 de ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação e transferidas em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S/A e sua controlada Pomifrai Alimentos Ltda. é de R\$ 1,62 por ação.

O valor dos ativos adquiridos exclui R\$ 79 mil de Ativo Circulante, R\$ 630 mil de ativo não circulante e R\$ 4.758 mil de ativo imobilizado, conforme consta no laudo de avaliação.

## 27 Remuneração dos Administradores

O estatuto social estabelece que do resultado verificado no exercício, após as deduções previstas em lei e após a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio; observadas as restrições legais; será destinado até 10% a título de participação dos administradores. Em ata de Assembleia Geral realizada em 30/abr/2014, foram fixados os valores das remunerações: da diretoria no valor mensal total de até R\$ 45 mil/mês (distribuído aos três(3) diretores), do conselho de administração no valor total de R\$ 3,6 mil/mês(distribuído entre os 7 (sete) membros e de R\$ 1,5 mil/mês para cada membro do conselho fiscal.

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

## **28 Conselho de Administração**

Compõem o conselho de administração:  
Marcos Wilson Pereira – Presidente;  
Richard Freeman Lark Jr – Vice-Presidente;  
Alexandre Machado Navarro Stotz;  
AndreAlicke De Vivo;  
Lúcio Adriano Caetano da Silva;  
Guilherme Barbosa Pereira de Souza;  
Paulo Muniz Barreto Cury.

## **29 Conselho Fiscal**

### **Titular:**

Marcio Almeida Andrade;  
Rogerio Pereira de Oliveira;  
Nivaldo França.

### **Suplente:**

Daniel Soltoski;  
Osmar Luiz Soligo.

## **30 Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, a administração analisou e aprovou em 12/MAR/2015 as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 da Renar Maçãs S/A.

## **31 Resultados Operacionais**

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

A administração está implementando as seguintes principais ações, visando a melhoria da atual situação financeira e econômica da Companhia:

- Redução de despesas, adequando a estrutura da Companhia, valendo-se da sinergia gerada com a incorporação da Pomifrai Fruticultura S/A e Renar Maçãs S/A.
- Reestruturação de diversos setores, em especial, a área agrícola, com foco em redução de custos de produção de forma a obter maior margem de contribuição na safra de 2013/2014.
- Venda de ativos imobilizados não utilizados nas atividades operacionais.
- Implantação do orçamento setorial para o exercício de 2015, visando aumento de controle e a redução dos gastos.
- Reestruturação do perfil da dívida da Companhia, garantindo a fomentação (formação) da próxima safra, bem como o equilíbrio financeiro da Companhia.

### **32 Cláusula Compromissória de Adesão à Câmara de Arbitragem**

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

"Cláusula Compromissória" consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das sociedades anônimas, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes deste regulamento de listagem, do regulamento de arbitragem e do contrato de participação no Novo Mercado da Bovespa.

Walter Barbosa de Sousa Junior  
Renato Roberti Rincon  
José Carlos Balestrin

Diretor Presidente  
Diretor Financeiro e de RI  
Contador / CRC 015906/O-7